

Arthur Virgílio
exige explicações
de Palocci
sobre denúncias

Página 7



Roosevelt Pinheiro



Relatório de Tião
Viana sobre
a Previdência
chega ao Plenário

Página 5



José Cruz

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.805 - Brasília, quarta-feira, 15 de outubro de 2003

Energia elétrica deve ser garantida a todos até 2008



Roosevelt Pinheiro

Metas de universalização do serviço foram antecipadas por projeto aprovado ontem pelo Senado

O Plenário aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei de conversão que antecipa para 2008 as metas de fornecimento de energia elétrica a todos os brasileiros. A decisão permitirá que os 11 milhões de pessoas, em todo o país, que hoje dependem de candeeiros, lâmparinas, lâmpões e motores a diesel recebam energia elétrica. O projeto, que retornará à Câmara dos Deputados, também garante às concessionárias de energia elétrica linha de crédito de R\$ 1,8 bilhão para compensar as perdas ocorridas durante o "apagão" de 2001.

CONCORDÂNCIA Projeto de lei de conversão à MP sobre energia elétrica foi acolhido por unanimidade pelo Plenário

Página 3

Tesouro opinará sobre crédito para prefeitura de São Paulo

Página 6



Waldemir Rodrigues

DIÁLOGO Suplicy (D) conversa com secretário de Finanças de São Paulo, Luiz Carlos Afonso (E)

Jucá quer assegurar redução dos impostos

BENEFÍCIO Romero Jucá vai propor que excedente de dinheiro seja revertido em impostos mais baixos para a população



Márcio Kallume

Relator da reforma tributária, Romero Jucá anunciou que apresentará emenda constitucional que vincule a carga tributária ao desempenho macroeconômico do país. A intenção, disse, é reduzir os impostos.

Página 4



PREJUÍZO Suplicy: "Críticas só contribuem para minar a defesa dos interesses nacionais"

Suplicy condena pressão contra política externa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que tem observado "com surpresa e desgosto" o crescimento das pressões contra a política externa brasileira em grande parte dos meios de comunicação. Segundo ele, isso ocorre "num momento crucial" das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e "só contribui para minar a defesa dos interesses nacionais".

— É de se lamentar que alguns dos integrantes do governo brasileiro tenham se deixado envolver por essa campanha. Os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o da Agricultura, bem como o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Otaviano Canuto, deveriam estar colocando suas observações de uma maneira construtiva, de forma a fortalecer nossos negociadores e as diretrizes que vêm sendo emanadas pelo ministro das Relações Exteriores em perfeita consonância com o presidente Lula. Se tiverem divergências, que as manifestem dentro do governo — afirmou o parlamentar.

Agenda

Sarney recebe dom Mauro Morelli

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h, o bispo de Duque de Caxias, dom Mauro Morelli. À tarde, Sarney preside os trabalhos do Plenário, de cuja pauta consta a discussão de projeto de decreto legislativo (PDL nº 655/03) que

aprova as contas do Superior Tribunal de Justiça relativas ao ano de 2001. O Plenário analisa ainda proposta de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que dispõe sobre o serviço de televisão a cabo (PLS nº 175/01).

CE discute impactos da reforma

A Comissão de Educação (CE) realiza hoje, às 10h30, audiência pública com especialistas da área educacional para discutir possíveis impactos da proposta de reforma tributária no setor.

Antes, a partir das 10h, o colegiado se reúne para votar projetos de decreto legislativo sobre outorga de renovação de concessões de radiodifusão em frequência modulada e comunitária.



Verbas para a saúde na pauta da CAS

Às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais debate a inclusão do Fundo de Combate e Erradicação da

Pobreza no orçamento da Saúde para 2004 e a desvinculação de receitas orçamentárias. A reunião

contará com a presença do presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Rafael Guerra.

CCJ debate com prefeitos a mudança tributária



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje, às 10h, para analisar, entre outras matérias, proposta de iniciativa do então senador Iris Rezende (PEC nº 77/99) que acrescenta novos dispositivos à Lei

Orçamentária Anual. Às 15h, o colegiado volta a se reunir para debater a proposta de reforma tributária com representantes dos prefeitos e com economistas especializados em Direito Tributário.

CPI tem reunião administrativa

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) sobre Exploração Sexual promove hoje, às 11h, reunião administrativa. O colegiado, presidido pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), está investigando situações de violência e redes de abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil.



Auditorias do TCU em pauta

Em reunião convocada para as 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) examina avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. Avisos do TCU também constam na pauta da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que tem reunião marcada para as 14h30.

Unilegis abre conferências

O Ciclo de Conferências Unilegis 2003 será inaugurado às 10h. O tema desse primeiro encontro é "A Unilegis e o Legislativo Brasileiro", com palestra do presidente da Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT-PR). Estará presente o diretor-geral do Senado e vice-reitor executivo do órgão, Agaciel da Silva Maia.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Paim quer mais transparência em anúncios

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) obriga as empresas que oferecem empregos em classificados de jornais a informar, além do número de vagas e os cargos oferecidos, quem é o responsável pelo anúncio.

Conforme a proposta, o anúncio deve informar a razão social da



Projeto de Paim coíbe anúncio de negócios escusos

empresa ou nome fantasia, seu endereço e ramo de atividade. Paim argumenta que a maioria dos anúncios omite o nome da firma, trazendo, em alguns casos, apenas a caixa postal, o que elimina a possibilidade de identificação da origem dos empregos oferecidos.

Para o senador, esse procedimento protege a empresa de eventuais problemas provocados pelo assédio de grande número de interessados e pode esconder negócios escusos.

Cartórios devem ser mantidos, diz Valdir Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) criticou, em discurso, o projeto de lei (PLC nº 705/2003) de iniciativa do deputado federal Max Rosenmann (PMDB-PR) que propõe a extinção dos cartórios de protesto de títulos em todo o país. Esses órgãos seriam substituídos, segundo explicou, pelos Serviços de Proteção ao Crédito, que atualmente prestam informações restritivas de crédito, oriundas de títulos e documentos de dívidas protestados.

— Trata-se, realmente, de algo inaceitável, pois os chamados SPCs não têm competência legal para receber, dar quitação ou declarar a inadimplência ou o descumprimento de obrigação decorrente de título de crédito ou documento de vida — afirmou.



Valdir Raupp afirma que medida é inaceitável

Sarney promulga novo protocolo para Mercosul

O Senado aprovou e o presidente José Sarney promulgou o projeto de decreto legislativo (PDL nº 662/2003) que trata do Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no Mercosul, firmado na cidade argentina de mesmo nome, no ano passado, pelos governos dos quatro países que compõem este bloco econômico: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

O protocolo, que recebeu parecer favorável na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), elaborado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), será publicado na edição de hoje do *Diário Oficial da União*.

O Protocolo de Olivos regulamenta uma nova sistemática para a solução de controvérsias no Mercosul. Ele revoga o Protocolo de Brasília, que atu-

almente é o documento que gere as controvérsias entre os quatro países nas questões de integração regional. Apesar de trazer algumas inovações, o Protocolo de Olivos mantém determinadas características já adotadas, como estipular que a resolução de controvérsias se dará através da negociação e da arbitragem.

Entre as alterações previstas pelo novo protocolo está a criação de um Tribunal Permanente de Revisão composto por cinco mediadores. A eles caberá o recurso da decisão dos árbitros de primeira instância. Esta inovação foi baseada na sistemática adotada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo órgão de apelação serve como instância uniformizadora das regras multilaterais.



OBRIGAÇÃO Senado decidiu que empresas de eletricidade terão que dar prioridade às áreas carentes

Todos os brasileiros terão energia elétrica até 2008

■ Plenário inclui emenda ao projeto de lei de conversão que cria linha de crédito para as concessionárias

O Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, a antecipação para 2008 da meta de fornecimento de energia elétrica a todos os brasileiros, prevista para ocorrer apenas em 2015, conforme resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Examinada na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 24 da Medida Provisória nº 127, de 4 de agosto passado, a matéria recebeu emendas no Senado e retornará à Câmara dos Deputados.

Além de antecipar para 2008 metas que estavam fixadas para 2015, o Congresso está estabelecendo que, no programa de

universalização, as concessionárias e a Aneel dêem prioridade às comunidades hoje menos atendidas, principalmente aquelas localizadas nas regiões mais pobres e distantes dos grandes centros, como é o caso de cidades, vilas e propriedades rurais do interior do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Outra mudança introduzida pelos parlamentares foi o estímulo à produção de energia por meio de fontes alternativas como os ventos e à produção e ao transporte de gás natural.

As mudanças na MP começaram na própria Câmara. A princípio, o conteúdo principal da medida era a criação de linha de crédito para as concessionárias de energia elétrica em razão do adiamento da compensação pelo baixo consumo verificado durante o racionamento de energia ("apagão") de 2001. Como as concessionárias alegam estar registrando ar-

recadação capaz de comprometer seu equilíbrio econômico-financeiro, e os aumentos de tarifas previstos para ocorrer até abril de 2004 não seriam suficientes para atendê-las, o governo decidiu liberar R\$ 1,8 bilhão para pagamento em 24 meses, a juros de 1,5% ao ano mais a taxa Selic (que corrige os títulos públicos).

Na Câmara, foram acrescentados ao texto da MP normas de alcance para a população e o setor produtivo – todas mantidas no relatório do senador César Borges (PFL-BA), revisor da matéria no Senado. A principal dessas alterações terá como efeito apressar a chamada universalização da energia elétrica, levando luz a cerca de 11 milhões de brasileiros que hoje dependem de candeeiros, lamparinas, lâmpões e motores a diesel para iluminar residências e empreendimentos.

Senadores comemoram as mudanças

Os senadores que participaram da votação de ontem chamaram a atenção para os grandes benefícios introduzidos na MP nº 127 pelo Congresso Nacional. Negociado com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o acordo para a alteração "não foi fácil", nas palavras do líder do governo, Aloizio Mercadante (SP), mas acabou deixando a sensação de que os senadores deram cunho social a uma medida que previa apenas a utilização de recursos públicos em concessionárias privadas de energia.

– O Congresso realizou uma tarefa da maior importância melhorando a MP – disse o presidente do Senado, José Sarney.

De acordo com a senadora Heloísa Helena (PT-AL), antecipar a universalização da energia elétrica, alcançando os lugares mais remotos do país, ajudou a "limpar" a MP. Para Renan Calheiros (PMDB), outro senador por Alagoas, o Congresso "marcou um gol". Com o projeto, serão investidos R\$ 7 bilhões para levar luz ao país todo.

O relator da matéria, senador

César Borges (PFL-BA), muito elogiado por seus colegas, lembrou que a base das mudanças introduzidas na MP foi o projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Como ministro de Minas e Energia, ele criou o programa Luz no Campo, que também visava à universalização.

Os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) aplaudiram a aprovação do projeto.



APELO Alunos levaram a Sarney, Patrícia e Calheiros seu apoio ao projeto que proíbe o comércio de armas de fogo no país

Crianças escrevem cartas em defesa do desarmamento

Alunos do ensino fundamental de quatro escolas públicas do Distrito Federal entregaram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, cartas destinadas a cada um dos 81 senadores pedindo o desarmamento do país.

As crianças cantaram música com o refrão "Vamos desarmar a galera". Sarney respondeu dizendo que é possível confiar num país em que as crianças pedem o fim da violência.

Diante de Sarney, a menina Natania Guedes Santiago, de 12 anos, aluna da Escola Classe 38 da Ceilândia (DF), narrou a morte de uma amiga de sua idade, que saíra de casa para buscar um caderno emprestado e foi atingida por uma bala perdida.

Os estudantes estavam

acompanhados pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) e pelas deputadas Maria do Rosário (PT-RS) e Telma de Souza (PT-SP), que integram a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente. Patrícia informou que os alunos renunciaram aos presentes do Dia das Crianças para escrever as cartas.

Um dos co-autores do Estatuto do Desarmamento que tramita na Câmara dos Deputados, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que é importante que a sociedade se faça presente no Congresso e se mobilize em favor do projeto.

Ao final da cerimônia, Sarney disse considerar tocante que a luta pelo desarmamento tenha calado fundo no coração das crianças.

Roosevelt Pinheiro



INEVITÁVEL Guardia (E) diz a César Borges (C) e Ney Suassuna que indexador inflacionário é um dos culpados pelo endividamento

Dívida foge do controle dos estados, afirma secretário

Em audiência ontem na Subcomissão da Dívida Pública, o secretário da Fazenda de São Paulo, Eduardo Refinetti Guardia, afirmou que a evolução do endividamento dos estados não depende da vontade dos governantes, mas está condicionada pelos indexadores inflacionários, o câmbio e os contratos de refinanciamento.

Segundo o secretário, os governadores também não têm controle sobre o pagamento da dívida: desde os contratos de refinanciamento feitos com a União, cabe a esta pagar o devido e reter, dos estados ou dos municípios, os recursos dos fundos de participação.

Guardia citou dados relativos a São Paulo, segundo os quais a relação da dívida com a receita líquida, que em 2001 era de

1,98%, pulou para 2,27% em 2002. Em números absolutos, o endividamento aumentou R\$ 19,3 bilhões, representando um crescimento de 24,8%.

O secretário da Fazenda informou que a parcela da dívida corrigida pelo Índice Geral de Preços (IGP) foi de 26% no ano passado. Somada aos 6% de juro real, totaliza um aumento de mais de 30%. Enquanto isso, a receita líquida do estado cresceu 11% no período.

– Não há como não levar a um crescimento da relação dívida/receita líquida – afirmou o depoente. Segundo ele, para cumprir a resolução do Senado, o estado teria de fazer um ajuste de mais de R\$ 10 bilhões.

Leia sobre a dívida da prefeitura de São Paulo na página 6

Geraldo Magela



OBRAS Governador Requião e senadores Sarney e Maguito Vilela admiram quadros trazidos do Paraná para a exposição aberta ontem

Sarney visita exposição e elogia pujança econômica do Paraná

O presidente do Senado, José Sarney, visitou ontem exposição realizada na Câmara dos Deputados para celebrar o sesquicentenário do dia em que o Paraná se emancipou de São Paulo. O evento foi aberto com um coquetel oferecido pelo governador do Paraná, Roberto Requião.

Ao chegar à exposição, Sarney elogiou o potencial econômico do Paraná – quinto mais rico estado do país –, lembrando ser também o maior produtor agrícola brasileiro. A exposição contém parte do acervo do Museu de Arte Contemporânea do Paraná.

REFORMAS

Jucá adia entrega do relatório para incluir sugestões de governadores e prefeitos

Relator quer carga tributária vinculada à situação econômica

O relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), informou ontem que vai propor emenda constitucional que vincule a carga tributária brasileira ao desempenho macroeconômico do país.

– Quando o país conseguir resolver seus problemas de endividamento, de recessão, metade do excedente de dinheiro será destinada para o próprio governo investir e a outra metade, devolvida à sociedade na forma de redução de impostos – explicou Jucá.

O senador não vai mais apresentar o relatório hoje, mas somente na próxima semana, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), quarta-feira, para começo da discussão.

– Tenho que analisar as reivindicações dos prefeitos, dos governadores, as sugestões dos técnicos, para fechar o relatório – disse Jucá.

Depois da leitura na CCJ, haverá um pedido de vista de uma semana para análise dos senadores e votação. Ele confirmou que vários pontos da proposta que veio da Câmara foram mantidos.

Jucá citou os principais pontos preservados do relatório do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG): cinco alíquotas para



ESCASSEZ Jucá afirma que não sabe de onde tirar dinheiro para todas as reivindicações

o ICMS, a serem definidas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e pelo Senado; fim da guerra fiscal no prazo de 11 anos; manutenção do Simples nacional, para facilitar a vida das pequenas e microempresas; desoneração tributária da cesta básica, de medicamentos e de insumos para agropecuária.

Alguns pontos, no entanto, dependem ainda de análise e negociação. O Fundo de Desenvolvimento Regional (R\$ 2 bilhões retirados da receita do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda), que veio da Câmara

destinado a empréstimos para empresas privadas, está sendo reivindicado pelos governadores para investimento em infraestrutura. Os estados exportadores querem aumento no Fundo de Compensação para Exportações. Alguns governadores querem que apenas os incentivos fiscais concedidos pelos estados até 30 de abril sejam considerados válidos,

outros querem a partir de 30 de setembro e outros ainda querem ampliar o prazo.

Jucá disse que terá ainda que analisar o pedido de aumento da participação dos municípios na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e de aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– Temos que ver se isso não vai implicar aumento da carga tributária, porque não há de onde retirar dinheiro para atender a tantas reivindicações. Quem conhecer o milagre da multiplicação, por favor me procure – brincou.

Municípios reivindicam mais dinheiro da Cide

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, disse que vai reivindicar ao relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 22,5% para 27,5% do produto arrecadado com os impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI), o que daria um acréscimo de R\$ 5 bilhões anuais para os 5.561 municípios do país.

Ziulkoski também sugere que os municípios deixem de contribuir com 1% do Paspel dos funcionários municipais. Isso daria uma receita a mais

de R\$ 780 milhões por ano para as prefeituras.

O presidente da CNM afirmou ainda que o FPM terá uma queda neste ano de 26,8%, devido a “fatores conjunturais”, como a recessão e a consequente queda de arrecadação do IPI e do Imposto de Renda. Ziulkoski quer aumentar de 6,5% para 18% a participação dos municípios na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o tributo sobre combustíveis destinado à melhoria das estradas.

– Os municípios são responsáveis por 72% da malha rodoviária do país, contra 16% dos

governos estaduais e apenas 9% da União. Portanto, acho justo que reivindicemos tratamento pelo menos igual ao destinado aos governos estaduais – disse.

Audiência

A audiência pública com prefeitos e representantes de municípios na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com vistas a debater a reforma tributária foi adiada de ontem para hoje. O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), decidiu-se pelo adiamento porque a ordem do dia do Senado prolongou-se até as 19h20.

REFORMAS

Governadores pediram a modificação do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, de forma que a proposta tributária possa contemplar o acordo firmado com o presidente da República



REUNIÃO Romero Jucá, Ana Júlia Carepa, Simão Jatene, Rosinha Matheus, José Sarney, Ronaldo Lessa e Renan Calheiros reuniram-se ontem para debater sobre a reforma tributária

Governadores levam reivindicações a Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem os governadores João Alves (PFL-SE), Ronaldo Lessa (PSB-AL), Rosinha Matheus (PMDB-RJ) e Simão Jatene (PSDB-PA), acompanhados pelo líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), e do relator da reforma tributária, Romero Jucá (PMDB-RR), para conversar sobre a tramitação da proposta na Casa. Também participaram da audiência o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Alguns governadores plei-

teiam derrubar as modificações introduzidas no texto pela Câmara.

– O presidente José Sarney acabou de reafirmar que, quando a reforma tributária iniciou seu caminho pela Câmara, houve acordo de que o Senado faria uma avaliação mais rigorosa da questão. Ora, a Câmara modificou bastante a proposta pactuada com os governadores. Queremos que o Senado retome, o máximo possível, o que foi acertado entre o presidente da República e os governadores – afirmou Lessa.

Jatene defendeu medidas que transformem a reforma tributária em instrumento de desconcentração da atividade econômica: a repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e os Fundos de Compensação das Exportações e de Desenvolvimento Regional.

Já Rosinha Matheus quer incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para a região noroeste do estado e melhora da situação dos estados produtores de petróleo e energia.

Agripino quer suprimir cinco artigos da proposta

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse ontem que seu partido proporá a supressão de pelo menos cinco artigos da proposta de reforma tributária (veja o quadro). Afirmou também que vai encaminhar emenda tornando obrigatória a correção anual da tabela do Imposto de Renda, para evitar o aumento anual do imposto que o congelamento da

tabela impõe ao contribuinte.

Segundo o líder do PFL, a proposta em debate aumenta a carga tributária no país de forma insustentável. Ele comparou as propostas do governo ao veneno estricnina, e lembrou que lutou contra o aumento na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) das empresas prestadoras de serviço, que entrou em vigor este ano.



CONVICÇÃO Para José Agripino, a proposta aumentará a carga tributária de forma insustentável

Agripino citou os números apresentados pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Ernesto de Salvo: com a proposta, subiriam os preços da carne bovina (7%), do feijão (7%), do arroz (9,7%) e do leite (11,6%).

– Meu partido não vai aceitar esse absurdo, e vamos lutar contra isso – disse Agripino.

Relatório da Previdência deverá ser lido hoje

Deve ser lido hoje em Plenário o parecer do senador Tião Viana (PT-AC) sobre a reforma da Previdência, aprovado sem emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A seguir, o parecer será publicado no *Diário Oficial do Senado* e, após cinco dias úteis, a reforma começará a ser discutida pela primeira vez no Plenário do Senado.

Serão cinco dias de discussão em Plenário, quando os senadores poderão apresentar novas emendas ao projeto, desde que assinadas por no mínimo 27 senadores. Depois disso, a reforma voltará novamente à CCJ, para exame e votação das emendas de Plenário. Regimentalmente, a CCJ terá até 30 dias para a votação das emendas (se houver acordo, o projeto pode voltar mais rapidamente ao Plenário, onde enfrentará sua primeira votação com os 81 senadores). Se aprovado, haverá novo intervalo e nova discussão, desta vez por três sessões, sendo submetido então à segunda e última votação.

Durante as discussões de Plenário e a votação das emendas na CCJ, os senadores tentarão negociar mudanças na reforma. Já está na comissão a chamada “emenda paralela” da re-



PREVISÃO Aprovado sem emendas pela CCJ, o parecer de Tião Viana chega ao Plenário

forma da Previdência, em que foram incluídas todas as alterações que o governo aceitou fazer até agora na proposta. A ideia do governo é aprovar no Senado, sem alterações, a PEC já votada pelos deputados, o que possibilitará sua promulgação assim que receber a última votação no Senado.

Por sua vez, a “emenda paralela”, com as mudanças do Senado na área previdenciária, seguiria para o exame da Câmara, assim como as partes que forem suprimidas da reforma original. Os partidos de oposição não concordam com a “emenda paralela” e querem que as mudanças dos senadores sejam feitas na própria reforma já votada pela Câmara.

Garibaldi defende reforma que estimule crescimento

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) alertou o Senado sobre a necessidade de aprovar uma reforma tributária que desonere os impostos, simplifique a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e permita ao país crescer de forma sustentável. Ele opinou que o relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), terá muito trabalho para construir uma proposta que preserve os objetivos principais da reforma.

– Não será fácil administrar problemas como, por exemplo, o das regiões mais pobres, que não se contentarão em ver aprovado um Fundo de Desenvolvimento Regional que não esteja comprometido com objetivos verdadeiramente desenvolvimentistas e que não esteja desburocratizado o suficiente para permitir esse cresci-



ESSENCIAL Garibaldi acha importante ouvir prefeitos, empresários e tributaristas

mento – afirmou Garibaldi.

A audiência pública da CCJ com vários governadores na segunda-feira foi considerada pelo senador “importante momento de convivência democrática”, mas ele também julgou essenciais as reuniões com os empresários, especialistas em direito tributário e prefeitos.

Os artigos condenados pelo PFL

Artigo 148: permite ao governo impor empréstimos compulsórios por meio de lei ordinária.

Artigo 149: institui contribuição social sobre importação de produtos e serviços.

Artigo 150: institui o pedágio.

Artigo 153: institui imposto sobre produtos importados e exportados.

Artigo 155: tributa gêneros alimentícios de primeira necessidade e medicamentos.



Roosevelt Pinheiro

REPASSE Pavan afirma que Santa Catarina não recebeu recurso para infra-estrutura

Pavan cobra a duplicação da BR-101

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse ontem que, após nove meses, o estado de Santa Catarina "ainda não recebeu nenhum centavo do governo federal" para investimentos em infra-estrutura, especialmente a duplicação da BR-101. Ele informou que lhe chegam diariamente reclamações dos prefeitos

catarinenses em relação à obra.

– A bancada de Santa Catarina no Congresso cobra mais empenho e determinação para que essa brincadeira de mau gosto, esse empurra-empurra do governo federal resulte na liberação de recursos para a duplicação da BR-101 – afirmou.

Pavan lembrou que o Ministério

dos Transportes dispõe de R\$ 31,2 milhões para investir na melhoria e recuperação de rodovias, o que equivale a 1% dos recursos previstos no Orçamento de 2003. Além disso, observou que os gastos do ministério, neste ano, não devem chegar ao equivalente a 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB), o mais baixo patamar da história.



Roosevelt Pinheiro

DISTORÇÃO Alvaro aponta incompatibilidade entre o PPA 2004/07 e o Orçamento

Alvaro critica a elaboração orçamentária

Os compromissos assumidos pelo governo federal no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) 2004/07 e o Orçamento proposto para o próximo ano foram apontados pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) como "uma flagrante incompatibilidade". Segundo ele, "trata-se de pura ficção, uma realidade virtual bem ao sabor do marketing institucional tão bem concebido pelos estrategistas a serviço do governo do PT".

– Em termos de gestão ficcional, devemos reconhecer que o governo Lula pode concorrer com o cineasta Steven Spielberg, o mago dos efeitos especiais. Mas será que governar é não gastar sequer o mínimo para fazer o país andar? – perguntou.

Alvaro Dias afirmou que, em relação ao seu estado, o Paraná, há uma lacuna da ordem de R\$ 240 milhões no Orçamento de 2004, para que fossem minimamente cumpridos os compromissos elencados no PPA.

Em relação ao programa Corredor Sul, a ampliação da infra-estrutura do Porto de Paranaguá precisaria de R\$ 45 milhões, mas somente estão previstos R\$ 20 milhões. Para a construção dos trechos ferroviários, dos R\$ 88 milhões previstos no PPA, simplesmente não há um real previsto no Orçamento de 2004, disse.

Segundo Alvaro Dias, o mesmo descompasso existe em relação ao Orçamento de 2003, pois o melhor índice de execução orçamentária fica com o estado de Pernambuco, com o percentual de 3,73% do total programado.

O senador analisou a execução orçamentária da programação de investimentos em 2003, por unidade da Federação e por região. A seu ver, a média mais significativa encontra-se na Região Norte, com 1,45%, enquanto as demais médias regionais nem sequer alcançam 1%.

Comissão vai ouvir Tesouro e BNDES sobre crédito para prefeitura de SP

Empréstimo será destinado à melhoria do sistema integrado de transporte urbano da capital paulista

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu, ontem, convidar o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, a prestar esclarecimentos sobre autorização solicitada pela prefeitura de São Paulo para contratar financiamento de R\$ 493,807 milhões junto ao BNDES, destinado à melhoria do sistema integrado de transporte urbano de passageiros.

Dois requerimentos nesse sentido – um do senador Efraim Morais (PFL-PB) e outro do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) – foram aprovados pela comissão. Entre outros questionamentos, eles querem saber os critérios que orientaram a excepcionalidade concedida à prefeitura da capital paulista no governo Fernando Henrique Cardoso, quando era administrada pelo ex-prefeito



Waldemir Rodrigues

DEBATE Efraim Morais (D) é um dos autores de requerimento para que a CAE discuta excepcionalidade concedida a São Paulo

Celso Pitta.

Controle

Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), caso o pedido de São Paulo seja aprovado, o Senado estará abrindo uma grande exceção ao limite de endividamento dos municípios, cujo controle é definido constitucionalmente por resolução da Casa. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) destacou que o município de São Paulo extrapola os limites de endividamento.

Já Almeida Lima (PDT-SE) ponderou que os limites de endividamento dos municípios foram descaracterizados para atender São Paulo, abrindo exceções e concentrando os recursos disponíveis para investimentos no país. Eduardo

Azeredo (PSDB-MG) questionou a diferença de tratamento dispensado às prefeituras de São Paulo e de Belo Horizonte, ambas administradas pelo PT. Segundo ele, a prefeitura da capital mineira teve empréstimo do BNDES negado, sob o argumento de que o município teria atingido o limite de endividamento. O empréstimo a São Paulo foi defendido por Hélio Costa (PMDB-MG), com o argumento de que não se trata de financiamento novo, já que a operação foi autorizada em 1999, por ocasião do acordo de refinanciamento da dívida da prefeitura paulistana.

O relator da solicitação de São Paulo na CAE, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e Eduardo Suplicy (PT-SP) con-

cordaram com a aprovação dos dois requerimentos. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que a natureza do projeto foi alterada na gestão da prefeita Marta Suplicy (PT) com o objetivo de encurtar o tempo em que os usuários de transporte coletivo gastam no seu deslocamento, principalmente os das camadas mais pobres da população paulistana. Para tanto, foram incorporados mais 400 quilômetros de faixas exclusivas às 97 já existentes, disse ele.

Pressa

Na reunião de ontem, os senadores ouviram esclarecimentos dos secretários municipais de Finanças, Luís Carlos Fernandes Afonso, e dos Transportes, Jilmar Tatto. Eles explicaram que a operação, no total de R\$ 741,197 milhões, foi dividida em duas parcelas. Da primeira liberada em 2001, no valor de R\$ 247,39 milhões, apenas R\$ 3,8 milhões não foram aplicados. A prefeitura, segundo Tatto, está usando os recursos correspondentes à contrapartida federal para dar prosseguimento às obras, que correm o risco de serem paralisadas se o empréstimo não for autorizado logo.

Empréstimo para assistência técnica a setor elétrico tem parecer favorável

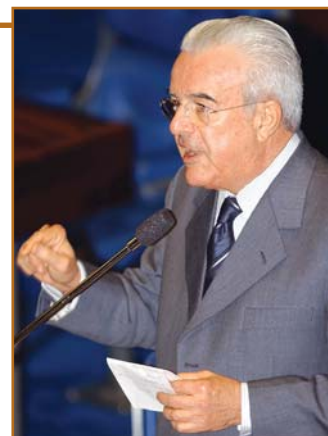
Na reunião de ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou relatório do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) favorável à solicitação do governo federal para contratar crédito de US\$ 12,12 milhões com o Banco Mundial. O dinheiro se destina ao financiamento parcial do projeto de assistência técnica do se-

tor elétrico brasileiro, sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.

O relator esclareceu que os recursos serão usados nas áreas de mercado, regulação, tarifação dos consumidores de baixa renda, universalização do atendimento, gestão do meio ambiente, planejamento de longo prazo para expansão da

capacidade do setor elétrico e fortalecimento institucional.

Os pareceres do Banco Central e das Secretarias do Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, segundo Bezerra, são favoráveis à solicitação do empréstimo, que está previsto no Orçamento deste ano e no Plano Plurianual 2000/03. A matéria vai agora ao Plenário.



Roosevelt Pinheiro

APROVAÇÃO Relatório de Fernando Bezerra foi acolhido ontem pela CAE

DENÚNCIAS/RECEITA



CRÍTICA Para Jefferson, o governo não está tratando o caso com transparência

Ministro deve ser ouvido, diz Jefferson Péres

Em apoio ao líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que concorda com a convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e da cúpula da Receita Federal para esclarecer denúncias publicadas na imprensa que comprometem integrantes do órgão.

Conforme o senador, há uma crise na cúpula da Receita envolvendo o secretário e o corregedor. O caso, entretanto, afirmou, não está sendo tratado com transparência e o governo não tomou ainda qualquer providência. Jefferson assinalou estranhar que Palocci tenha se recusado a responder sobre o caso quando esteve no Senado. Para o senador, isso demonstra que o ministro não vê gravidade no fato.

De acordo com o parlamentar, escutas telefônicas revelam que o secretário é conivente com "manobras urdidas na Receita" para atingir o corregedor. Mas não dá para afirmar, segundo Jefferson, que está havendo na Receita uma luta pelo poder.

– Um órgão da importância da Receita não pode ficar semi-paralisado, com sua capacidade operacional diminuída.

Arthur Virgílio propõe convocação de Palocci

■ Líder do PSDB quer explicações sobre as denúncias de corrupção na Receita Federal

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, apresentou ontem requerimentos para convocar o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e convidar o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e o corregedor do órgão, Moacir Leão, para que expliquem as suspeitas de corrupção noticiadas pela imprensa. Também estão sendo convidados os auditores da Receita Federal Sandro Martins e Paulo Baltazar Carneiro.

Conforme os requerimentos apresentados, os cinco seriam ouvidos em audiência pública numa reunião conjunta das Co-



ESCLARECIMENTO Virgílio sugeriu que secretário da Receita também seja ouvido

missões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC). As duas são presididas por senadores do PMDB, partido aliado ao governo no Congresso.

Arthur Virgílio lembrou em pronunciamento, ao apresentar os requerimentos, que o ministro Palocci se recusou, por três

vezes, na semana passada, a responder perguntas relativas a denúncias sobre corrupção na Receita, durante debate sobre a reforma tributária na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Não tem cabimento o silêncio como resposta a tão deprimente troca de acusações. O PSDB exige que as denúncias sejam apuradas. É difícil a essa altura que alguma responsabilidade não seja apontada – afirmou Arthur Virgílio.

O líder do PSDB disse que chegou a ser noticiado que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "deu carta branca" ao ministro Antonio Palocci para resolver o caso.

– Mas não dá para aceitar que o ministro Palocci resolverá o problema como se fosse uma ação entre amigos ou uma sessão da maçonaria no tempo do Império.

Heloísa defende audiência pública sobre o caso

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) comunicou que apresentou requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) solicitando a realização de audiência pública com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o secretário da Secretaria da Receita Federal, Jorge Rachid, e o corregedor-geral daquele órgão, Moacir Leão. Ela quer a apuração das denúncias, veiculadas pela imprensa, de corrupção envolvendo servidores públicos da Receita.

De acordo com matéria publicada na revista *Época* desta semana, desavenças entre altos funcionários da Receita Federal podem ser mais do que uma



EXPLICAÇÕES É fundamental esclarecer as denúncias, segundo Heloísa Helena

disputa interna pelo poder na instituição. A revista levanta a suspeita de que o objetivo seria o interesse de servidores do fisco em desmoralizar investigações sobre o governo Fer-

nando Collor de Melo e o escândalo Paulo César Farias.

– Independentemente das motivações dos problemas e divergências internas, publicamente veiculadas pela grande imprensa e investigadas pela Polícia Federal, é fundamental realizar essa audiência para ouvir os servidores diretamente envolvidos no caso. As denúncias de corrupção envolvendo servidores públicos da Receita devem ser devidamente investigadas, esclarecendo todos os fatos, inclusive permitindo amplo direito de defesa das pessoas envolvidas, e responsabilizando criminalmente os responsáveis – afirmou.



Mercadante: governo não impedirá investigação

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), garantiu que o governo nada fará para impedir a ação da Corregedoria da Receita Federal, que poderá realizar inquéritos ou abrir processos administrativos e disciplinares contra qualquer funcionário do órgão, para apurar as denúncias de irregularidades, desde que haja indícios suficientes para a medida.

Mercadante afirmou, porém, que

a eficiência da investigação exige discricionariedade, bem como amplo direito de defesa a qualquer suspeito, pois "indícios sobre determinada pessoa não devem ser divulgados sem que haja provas sólidas".

O senador enfatizou que, até o momento, não há qualquer indício, inquérito ou processo aberto contra o secretário da Receita, Jorge Rachid. Ele assegurou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, "saberá apurar toda a verdade sem

comprometer a integridade da instituição".

Reforma

Mercadante também manifestou satisfação diante do apoio que o projeto de reforma tributária recebeu dos governadores presentes à audiência pública organizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na segunda-feira. Segundo ele, foi possível chegar a 16 pontos de consenso.

Ciro falará sobre Amazônia na terça-feira

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, será novamente convidado pela Subcomissão da Amazônia a participar de audiência pública – na próxima terça-feira – sobre os planos do governo para a Região Norte. O ministro era esperado ontem, mas não compareceu sob o argumento de que ainda não está pronto o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

Ciro enviou documento ao presidente da subcomissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), se comprometendo a comparecer a uma nova audiência quando o plano estiver concluído. Segundo Jefferson, caso não agende sua presença, o ministro poderá ser convocado se a subcomissão decidir. Assim, o ministro seria obrigado a comparecer, como determina a Constituição.

– Queremos saber o que o Plano de Desenvolvimento Sustentável prevê para a Amazônia, qual modelo de desenvolvimento indica, o que prevê em termos de reservas indígenas, quais fontes de recursos deverão ser usadas e o que o governo fará em termos de infra-estrutura – antecipou.

Os senadores esperam ainda contar, a partir da segunda quinzena de novembro, com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para tratar do assunto. O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu audiência conjunta com os dois ministros, mas a maioria dos integrantes da subcomissão – ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – preferiu que Ciro Gomes seja ouvido antes. O senador João Capiberibe (PSB-AP) apontou a importância de o governo ouvir a opinião dos senadores que conhecem a região amazônica antes de definir o plano.

Jefferson Péres mostrou-se preocupado com a situação da plantação de soja nos estados amazônicos, uma vez que há locais onde árvores são derrubadas para dar lugar à nova cultura.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) propôs a realização de debate sobre o tema. Já o senador Augusto Botelho (PDT-RR) lembrou que a plantação de soja, em seu estado, cria empregos e é importante para a economia local.

José Cruz



FESTA Emocionado, Tuma afirmou que se considera “um colega de trabalho” dos servidores do Prodasen

Prodasen faz 31 anos de fundação

Parlamentares – entre eles o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), e o senador Marco Maciel (PFL-PE) –, diretores do Senado, ex-funcionários e servidores se reuniram ontem para comemorar os 31 anos de fundação da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen), oportunidade em que também foi lançado um livro sobre a história do órgão. O Prodasen foi criado com a função de servir como instrumento de modernização do Poder Legislativo, sendo responsável pelo processamento informatizado de dados e documentos.

Emocionado, Tuma enalteceu o trabalho do Prodasen e

disse que “se considerava um colega de trabalho dos servidores do órgão”. Ele afirmou que o Prodasen, que tem como diretor-executivo Petrônio Barbosa Carvalho, já faz parte da história do Senado e que o seu quadro funcional é formado por servidores altamente especializados.

Após a solenidade, Tuma informou que já está em fase final de licitação o projeto de implantação da agenda eletrônica da ordem do dia do Senado, que deverá entrar em operação, conforme observou, ainda neste período legislativo. Ele ressaltou que a agenda eletrônica tem por objetivo economizar material gráfico e eliminar

a grande quantidade de papel que um senador é obrigado a manusear durante as votações.

Plano de carreira

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, fez um histórico dos 31 anos de fundação do Prodasen e observou que o órgão foi o responsável pela criação da Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis), destinada a interligar as Casas legislativas nas esferas federal, estadual e municipal, a partir do Senado. Agaciel Maia pediu ao 1º secretário Romeu Tuma empenho para a ampliação do quadro funcional do Prodasen, bem como a adoção de um plano de carreira para os servidores.

Cúpula Mundial da Família será no próximo ano

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) registrou a participação do Senado, em maio de 2004, em Paris, na fase preparatória da Cúpula Mundial da Família, que se realizará em novembro do próximo ano. Para a senadora, a representação do Senado na cúpula trará “enorme contribuição ao trabalho parlamentar”.

A cúpula, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por diversos países, entre eles o Brasil, marca o 10º aniversário do Ano Internacional da Família, iniciativa da Assembléia Geral da ONU, que teve como objetivo “destacar o papel das famílias como células básicas da sociedade” e mostrar que famílias bem es-



IMPORTÂNCIA Maria do Carmo destaca participação da família na promoção da paz social

truturadas são fundamentais na promoção da paz, dos direitos humanos e da justiça e do progresso social.

Maria do Carmo informou que, em Sergipe, existem 11 “Casas de Família” que trabalham, por iniciativa do governo do estado, no desenvolvimento da política social da família.

Arthur Virgílio denuncia nova invasão do MST

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) denunciou ontem, em Plenário, que a prefeitura de Ceará-Mirim (RN) foi invadida pela manhã por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A prefeita, Edinólia Melo, conseguiu a retomada do prédio e decretou o fechamento constitucional do município enquanto os governos federal e estadual não agirem, informou Arthur Virgílio.

O parlamentar afirmou que não foram raros os alertas da oposição no sentido de se prevenir situações como essa, “que começam a ficar crônicas”. Ele pediu providências urgentes do governo federal e disse que o clima é de tiroteio.

Papaléo defende reaproveitamento de pneus usados

Senador adverte que países europeus estão exportando, a qualquer custo, esse “lixo indesejável”

Roosevelt Pinheiro



SAÍDA Papaléo argumenta que solução é encontrar uso econômico para os pneus

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) manifestou sua preocupação com o número crescente de pneus velhos no Brasil, especialmente em face das brechas legais para importar pneus remodelados, com vida útil menor, que se transformam “em lixo indesejável em pouco tempo”. Ele argumentou que, se pneus velhos fossem bom negócio, estariam sendo importados pelos países europeus e não enviados, “a qualquer custo, para países desavisados”.

Papaléo ressaltou que pneus são “lixo indesejável, porque não são biodegradáveis, ocupam grandes espaços nos aterros e, se enterrados, tendem a subir para a superfície”. Caso sejam queimados, acrescentou, liberam substâncias altamente tóxicas para o homem e

o meio ambiente.

Para o senador, o único meio de resolver o problema dos pneus velhos é transformar sua reutilização em atividade economicamente interessante, como ocorre hoje com as latas de alumínio.

Segundo Papaléo, já existem possibilidades técnicas para aproveitar pneus velhos, embora com limitações econômicas. É possível utilizá-los como matéria-prima do asfalto, resultando em redução dos custos de manutenção das rodovias.

Malta pedirá à Câmara aprovação rápida de PEC

O senador Magno Malta (PL-ES) pedirá ao presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT), a aprovação imediata da proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do então senador Lúcio Alcântara que permite o registro consular de filhos de brasileiros nascidos no exterior. Malta lembrou ontem que, desde a revisão constitucional de 1994, não se procede mais ao registro consular, negando a esses brasileiros sua nacionalidade até que façam 18 anos.

Magno Malta citou o caso de vários países europeus, onde dá-se nacionalidade apenas aos filhos de nacionais, e não a quem nasceu naquele território. Nesse caso, os brasileiros nascidos nesses países ficam

José Cruz



SITUAÇÃO Brasileiros nascidos no exterior ficam sem pátria até os 18 anos, disse Malta

apátridas até completarem a maioridade.

O senador lembrou que a matéria foi aprovada pelo Senado, mas parou na Câmara. E disse que vai solicitar a imediata instalação da comissão especial que irá examinar a PEC.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Heráclito Fortes e pela senadora Maria do Carmo Alves